

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.231 - SP (2019/0355843-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : WELLINGTON LUIS GODOI DA SILVA  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO DA SILVA - SP149175  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WELLINGTON LUIS GODOI DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2160977-68.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 9 anos, 6 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, como incurso no art. 121, § 2º, incs. II, IV e VI, § 2º-A, inc. e § 7º, inc. III c/c o art. 14, inc. II, todos do Código Penal e no art. 21 do Decreto lei n. 3.688/41 c/c o art. 61, inc. II, f, do Código Penal (feminicídio tentado e via de fato), sendo determinada sua prisão preventiva na sentença (fls. 90/92).

A defesa impetrou ordem de *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 136/141.

Na presente irresignação, reitera o recorrente não estarem presentes os requisitos para imposição da custódia cautelar, destacando que o não comparecimento à sessão de julgamento não pode ser interpretado em seu desfavor. Afirma a inocência do paciente, argumentando que se trataria de prisão de um inocente, que, inclusive, respondeu ao processo em liberdade.

Requer, em sede liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, a fim de que possa recorrer em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator